

Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

23ª Reunião de 21 de julho de 2022

Ao vigésimo primeiro dia, do mês de julho, de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu, via *online*, o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIIG, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Intervenção da Senhora Secretária de Estado da Igualdade e Migrações;-----
- 2 – Aprovação da ordem de trabalhos;-----
- 3 – Apresentação da ata da 22ª reunião;-----
- 4 – Balanço da Execução da ENICC, referente ao primeiro semestre do ano de 2022; -----
- 5 – Outros assuntos;-----

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, doravante designada por Alta-comissária que, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, preside ao CONCIIG. A secretariar a Alta-comissária esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, e pelos técnicos do gabinete, Berill Baranyai, Inês Carapinha, Francisco Azul, Luís Pinto e Teresa Vieira. Esteve igualmente presente o Diretor do Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade, Francisco Neves. -----

Estiveram presentes na reunião os/as seguintes Conselheiros/as do CONCIIG: Telma Guerreiro - Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade e Migrações; Maria José Casa-Nova - Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas - ObCig; Maria José Vicente - EAPN; Maria do Rosário Carneiro - Cidadão/ã de reconhecido mérito, designada pelo/a Alto/a-Comissário/a para as Migrações; Alexandra Castro - Investigador/a com trabalho relevante sobre pessoas ciganas – ISCTE; Bruno Gonçalves - Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas; Luís Romão - Sílabas Dinâmicas - Associação Intercultural; Osvlado Grilo - ASRCCC – Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra; Aida Brito (em substituição da Conselheira Lina Varela) - Representante da Direção-Geral da Educação; Maria Fernanda Marreiros – Representante da Direção Geral da Saúde; Cristina Pessoa - Representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Paula Carvalheira – Representante da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Fátima Botão - Representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.; Rosário Godinho (em substituição da Conselheira Catarina Marcelino) - Representante do Instituto da Segurança Social, I. P.; Rosa Lourenço (em substituição da Conselheira Rosário Farmhouse) - Representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens; Vítor Almeida - Representante da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; António Danado – Representante da Associação Nacional de Freguesias; Isabel Rodrigues- Representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.; Ana Paula Bento – Representante da Direção-Geral das Autarquias Locais, I.P.; Alexandra Botelho – Representante do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Cristina Pessoa - Representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Carla Patrocínio - Representante do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.; Elsa Mano (em substituição da Conselheira Adélia Costa) - Representante do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.;-----

A Sra. Alta-comissária deu início à reunião pelas dez horas e dez minutos após confirmação da existência de quórum com a presença de pelo menos 18 Conselheiro/as passando a informar que, à semelhança de reuniões *online* anteriores, também esta seria gravada para efeitos de registo da ata.-----

A reunião iniciou-se com a intervenção da Sra. Secretária de Estado da Igualdade e Migrações, Dra. Isabel Almeida Rodrigues que começou por agradecer o convite e cumprimentar todos os/as Conselheiros/as presentes na reunião.-----

Na sua intervenção a Sra. Secretária de Estado da Igualdade e Migrações, disse que o Governo Português encara o CONCIIG, como um espaço de recolha de informação e contributos importantes no trabalho desenvolvido de apoio à integração das comunidades ciganas. Revelou que a situação das crianças é uma das preocupações, em especial a situação das meninas ciganas. A Sra. Secretária de Estado da Igualdade e Migrações anunciou ainda que no desenho para a nova Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), a experiência dos/as Conselheiros/as, tal como as recomendações da Comissão Europeia nesta temática, serão tidos em conta, de modo a que o documento que nascer possa ir de encontro aos compromissos assumidos.-----

No seguimento da sua intervenção, a Sra. Secretária de Estado da Igualdade e Migrações referiu que o Comité Consultivo da Convenção Quadro para a Proteção da Minorias Nacionais, do Conselho da Europa, reconhece e realça a importância da existência de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC), Mediadores e da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR). Para a Sra. Secretária de Estado, este reconhecimento deve ser um motivo de orgulho e entusiasmo para a continuidade do trabalho de Inclusão destas Comunidades.-----

Após a exposição efectuada pela Sra. Secretária de Estado, tomou a palavra novamente a Sra. Alta-comissária, que antes da aprovação da ordem de trabalhos, deu posse aos/as seguintes Conselheiros/as: Isabel Rodrigues – novo Representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.; António Danado – novo Representante da Associação Nacional de Freguesias; Telma Guerreiro – nova Representante do Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade e Migrações; por problemas técnicos a Representante da Direção-Geral das Autarquias Locais, Ana Paula Bento, não tomou posse. Os/as conselheiros/as que tomaram posse, foram ainda informados que o auto de tomada de posse iria ser encaminhado por *email* para assinatura digital.-----

Continuando a reunião, a Sra. Alta-comissária referiu a ordem de trabalhos, cujo teor foi aprovado por todos/as Conselheiro/as, e passou desta forma ao ponto 3 da mesma: Aprovação da ata da 22ª reunião do CONCIIG, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.- Após a aprovação da ordem de trabalhos e da ata, a Sra. Alta-comissária prosseguiu para o ponto 4 – Balanço da Execução da ENICC, referente ao primeiro semestre do ano de 2022. Neste tópico a Sra. Alta-comissária alertou que há entidades que ainda não remeteram o reporte com informação relativa ao primeiro semestre do ano de 2022. Mencionou ainda que a partir de setembro, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), irá entrar em contacto com algumas entidades, com intuito de acompanhar a execução com maior proximidade. Na continuidade da sua intervenção, a Sra. Alta-comissária revelou que há 62 indicadores na ENICC como meta anual para os anos 2020/2022, e que a estes indicadores juntam-se 9 que tinham que ser cumpridos até ao final de 2022. Além do referido acima, a Sra. Alta-comissária disse que das 62 medidas, apenas foi recebido reporte de 28 medidas.-----

Efetuada a exposição, a Sra. Alta-comissária passou a palavra aos/as Conselheiros/as representantes de entidades que têm medidas em implementação em 2022. A primeira Conselheira a tomar a palavra foi a representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P., Fátima Botão, que elucidou que neste ano a Instituição que representa não desenvolveu trabalho no âmbito da ENICC, mas que há intenção de desenvolver um questionário à rede de Centros Qualifica, tal como aconteceu em 2020. De seguida tomou a palavra o conselheiro Vítor Almeida, representante da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, e afirmou que a taxa de execução das medidas que têm desenvolvido é bastante satisfatória, mas ainda assim acredita que tanto o ACM, I.P. e a CIG, I.P. podem estreitar ainda mais as suas relações institucionais. Por fim, revelou que há a intenção por parte daquela Instituição em desenvolver uma infografia e estabelecer um protocolo com a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), dando assim cumprimento a uma medida inserida na ENICC. A conselheira seguinte a tomar a palavra foi a representante da Direção-Geral das Autarquias Locais, Ana Paula Bento, que fruto da sua

recente nomeação para este órgão, não teve informações para transmitir. Tomou a palavra Aida Brito, representante da Direção-Geral da Educação que mencionou que grande parte das medidas a cargo daquela Instituição está terminada ou em desenvolvimento. Referiu ainda que se procedeu à recolha de dados junto dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, encontrando-se o relatório sobre a escolarização das comunidades ciganas em elaboração. A ação de formação intitulada "Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas e Educação Patrimonial: Educação e cultura em espaço escolar e o Ciclo de Conferência Comunidades Ciganas decorrerão em outubro e novembro respetivamente. De seguida, tomou a palavra a Conselheira Cristina Pessoa, representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares para explicar que aquela Instituição irá aguardar o contacto por parte do ACM, I.P. em setembro para que a partir desse momento, consigam concretizar as medidas ao cargo daquela Direção-Geral. De seguida tomou a palavra a Conselheira Paula Carvalheira – representante da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais para referir que a meta a cumprir, que estava relacionada com a questão do reforço de mediadores, em anos anteriores, não foi concretizada mas que na tentativa do cumprimento desta, observou-se dificuldade na localização e contratação destes mediadores. Na continuação da ronda de apresentação do trabalho efectuada no 1º semestre de 2022, foi a vez de Elsa Mano - representante do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., referir que as medidas do Instituto serão todas atingidas a excepção da medida nº.4 que tem que ver com o indicador de mulheres ciganas contratadas ao abrigo da medida Contrato-Emprego. No futuro, segundo a representante do IEFP será importante não acomodar este indicador numa medida em específico, mas sim nas medidas em geral. Deu nota que já efetuaram uma ação contínua de formadores e planeiam efetuar mais uma até ao final do ano. Sobre o reporte encaminhado, a representante daquela Instituição disse que os dados de junho não foram comunicados, uma vez que o mês ainda não estava fechado aquando do envio da informação. Tomou depois a palavra Isabel Rodrigues - representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana I. P., para esclarecer que somente no dia de ontem conseguiram agregar os dados de execução pedidos, pelo que os mesmos seriam, segundo a Conselheira, encaminhados até ao final do dia ou no dia seguinte de manhã. Além do referido acima, a representante daquela Instituição informou que ao abrigo do programa 1º direito já tinham sido celebrados 185 protocolos de cooperação. Após a intervenção da conselheira do IHRU, tomou a palavra Rosário Godinho - representante do Instituto da Segurança Social, I. P., para comunicar que, no que concerne às medidas do Instituto de Segurança Social I.P., as mesmas estão a ser implementadas, com exceção dos dados de monitorização, que devido à descentralização de competências, tem sido mais difícil de concretizar. Em relação às quatro formações previstas na ENICC, duas delas já foram realizadas. Tomou igualmente a palavra, a Conselheira Alexandra Botelho – representante do Gabinete Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, que iniciou a sua intervenção referindo que a reformulação da ENICC é importante, pois é uma oportunidade de integrar os indicadores no Plano Nacional das Artes. Em termos de atividades efetuadas pela Direção-Geral das Artes, está em exposição em várias localidades uma peça intitulada “Engolir Sapos”, bem como uma exposição com o título “Faro-oeste”. Em relação ao reporte, a Conselheira referiu que enviaria o mesmo na primeira quinzena de agosto. De seguida tomou a palavra a conselheira Maria Fernanda Marreiros – representante da Direção Geral da Saúde, para elucidar que face às questões pandémicas, existe dificuldade em concretizar as medidas propostas na ENICC. No seguimento das intervenções, tomou a palavra Rosa Lourenço - representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, para dar conhecimento que aquela Comissão está envolvida na medida 5.4.1. da ENICC. Esta medida visa a capacitação dos membros das CPCJ para a intervenção com comunidades ciganas. Ao todo já foram elaboradas três ações de formação, mas pretende-se efetuar mais duas ações de formação. Infelizmente a meta ainda não foi atingida e provavelmente não será, uma vez que a meta a atingir é 100% das CPCJS até final do ano e,

atualmente, apesar das diversas formações e das diferentes divulgações, a percentagem situa-se nos 73%.-----

Terminadas as apresentações, a Sra. Alta-comissária passou a palavra à coordenadora do NACI, Marisa Horta, para dar nota do que foi desenvolvido no primeiro semestre pelo ACM, I.P.. A Coordenadora do NACI iniciou a sua intervenção dizendo que em termos de formação em História e Cultura Cigana, das cerca de 80 ações previstas na ENICC para 2022 já foram efetuadas 25 aos mais diversos públicos. Referiu ainda o lançamento da nova edição do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC), que teve um orçamento de 135.350€ que foi distribuído por 11 projetos de 11 associações ciganas. A meta foi cumprida, uma vez que a meta era apoiar 8 associações ciganas no âmbito desta iniciativa. Informou que a assinatura dos protocolos decorreu a par da celebração do dia Internacional das Pessoas Ciganas, 8 de abril, em Torres Vedras, numa iniciativa que contou com o apoio do Município. Deu nota também do lançamento de uma nova edição do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE) que, com um orçamento de 173.000€, também financiou 11 projetos. A meta relacionada com o FAPE não será atingida, uma vez que o indicador era conceder apoio a 20 projetos. Sobre a iniciativa ROMA Educa, a coordenadora do NACI explicou que estão na fase final da 3ª edição, que contou com atribuição de 120 bolsas (56 raparigas e 64 rapazes). Referiu ainda que se encontra em processo de revisão o regulamento da 4ª edição e agradeceu mais uma vez o trabalho das associações ciganas no desenvolvimento deste programa. A coordenadora do NACI informou igualmente o CONCIG que, o Programa Operacional de Promoção da Educação (OPRE), promovido em parceria com a associação cigana Letras Nómadas, encontra-se na 6ª edição, e foram atribuídas 39 bolsas (23 homens e 16 mulheres) e até ao momento foram realizados 2 encontros (Figueira da Foz e Vila Nova de Gaia). Sobre outras medidas, a coordenadora do NACI informou que estão em desenvolvimento e serão concretizadas no decorrer das atividades dos diferentes Projetos, nomeadamente Projetos Escolhas que estão no terreno. Antes de terminar a sua intervenção, a Coordenadora do NACI lembrou, que a partir de setembro iria entrar em contato com as entidades com medidas na ENICC, para reuniões bilaterais sobre a execução da Estratégia. Depois desta intervenção, tomou a palavra a Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG), Maria José Casa-Nova, para dar conhecimentos dos trabalhos desenvolvidos. Deu nota da publicação de 3 *factsheets* e 2 *newsletters* em 2022. Informou ainda que foram realizadas duas sessões de “À conversa com...”. Deu igualmente conhecimento de duas aberturas de candidatura, uma para os prémios OBCIG e outra para a Publicação da Coleção Olhares. Por último, referiu que vão ter um financiamento da Comissão Europeia, no âmbito de um projeto, com o objetivo de apresentar uma proposta para inserir nos manuais escolares o Holocausto Cigano, dando assim maior visibilidade ao sofrimento que estas comunidades passaram durante a Segunda Guerra Mundial.-----

Após a intervenção da Coordenadora do OBCIG, a Sra. Alta-comissária abriu espaço para os/as Conselheiros/as que o desejassem pudessem intervir. O primeiro conselheiro que pediu a palavra, foi Bruno Gonçalves, para referir que o novo regulamento do programa ROMA Educa deve dar primazia às meninas ciganas, de modo a que nenhuma destas fique sem bolsa. Em resposta ao Conselheiro, a coordenadora do NACI disse que na última edição do ROMA Educa 5 meninas do ensino secundário não tiveram bolsa (alunas do 10º e 11º ano), e se descermos para o 3º ciclo, 21 meninas ficaram de fora do programa. Na sequência deste debate, o Conselheiro Luís Romão refere que há questões que devem ser trabalhadas, tais como a atribuição das bolsas e o pagamento das mesmas. Sobre às questões levantadas pelos conselheiros, a Sra. Alta-Comissária disse que este é um processo que tem vindo a ser afinado, mas que vão ter em conta as medidas sugeridas, referindo inclusive que a proposta de haver mais meninas ciganas com bolsa devia ser trabalhada, se necessário, com a CIG, I.P.. Não existindo mais questões, passou-se ao ponto dos outros assuntos.-----

Neste último ponto da ordem de trabalhos, a Sra. Alta-comissária partilhou com os/as Conselheiros/as que a 2ª edição do projeto PLICC está a decorrer e que neste momento a

iniciativa conta com 18 municípios (12 na primeira edição e 6 na segunda edição). Os grandes objetivos deste projeto são continuar a dar apoio técnico aos municípios participantes na primeira edição e apoiar os novos participantes na conceção do seu Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas. Outra iniciativa referida pela Sra. Alta-comissária, foi a rede de Municípios para a Participação e Inclusão das Comunidades Ciganas. Informou a Sra. Alta-comissária que esta rede foi criada pelo Gabinete da Secretária de Estado para a Integração e Migrações, em 2020, e tem como objetivos promover a partilha de experiências, dificuldades, boas práticas entre executivos sobre integração das comunidades ciganas. A rede é composta por 35 autarquias que estão divididas por vários grupos. A Sra. Alta-comissária deu conhecimento de que a Tour Diego El Gavi, que tem como objetivos dar a conhecer a cultura cigana através da música, já passou por cidades como Braga, Coimbra, Beja, Moura e Viseu. Mencionou ainda que a celebração do dia Nacional das Pessoas Ciganas foi assinalada no passado 24 de junho, com um evento em parceria com a associação cigana AMUCIP e com uma visita ao projeto KONTARTE do Programa Escolhas, sediado no Montijo. Por último, referiu que o ACM, I.P. efetuou uma candidatura a Comissão Europeia, que veio aprovada, para a criação de uma plataforma de reporte da implementação e monitorização da ENICC. Este projeto denominado *Portuguese Platform for Roma Inclusion* terá início no 2º semestre de 2023. Antes de passar novamente a palavra aos/as conselheiros/as, revelou que o concurso para avaliação externa da ENICC será lançado o mais rapidamente possível.-----

Após a intervenção da Sra. Alta-comissária, Tomou a palavra o Conselheiro Osvaldo Grilo informando que por motivos técnicos só agora conseguia intervir mas que queria informar que concorda com o que foi dito pelo Conselheiro Bruno Gonçalves em relação a dar primazia às meninas ciganas no programa ROMA Educa, e que o novo regulamento do programa deve sair o mais rapidamente possível. Em resposta, a Sra. Alta-comissária disse que a equipa estava a trabalhar para que o regulamento saia o mais rapidamente possível, aproveitando para dar conhecimento que em setembro prevê-se que ocorra um encontro nacional de associações ciganas, e que a tomada de posse da Conselheira Ana Paula Bento decorrerá na próxima reunião, uma vez que a mesma teve que se ausentar, como tinha informado, antes do final da reunião.-----

A conselheira Maria do Rosário Carneiro pediu para intervir para agradecer todas as informações enunciadas e apelou novamente para que quando se estiver a desenhar a nova ENICC, que esta integre indicadores de impacto. Para a conselheira é ótimo ouvir o que está ser desenvolvido pelas várias entidades, mas enquanto não for possível quantificar o impacto das medidas na vida das pessoas, na opinião da conselheira é um esforço que não tem a possibilidade de ser corrigido em tempo útil. Na continuação da sua intervenção, sugeriu que os/as conselheiros/as e as próprias comunidades ciganas estejam mais envolvidos/as na definição da nova ENICC. Em resposta à Conselheira, a Sra. Alta-comissária concordou com o referido pela Conselheira, explanando que a Estratégia Europeia contempla indicadores de impacto e que é natural que a nova ENICC também os venha a ter.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Sra. Alta-Comissária deu por encerrada a 23ª reunião do CONCIIG, agradecendo a participação de todos e todas.-----